



CRECI - 2.a REGIÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

TAMANHO NORMAL

33,5 x 32 cm

Xerox Reduzida

Economia

& NEGÓCIOS

SEGUNDA-FEIRA - 14 DE SETEMBRO DE 1992

O ESTADO DE S. PAULO - 1

Empresários sugerem formas de reativação

Propostas incluem ajuste fiscal, estímulo ao setor habitacional, redução dos juros e alongamento de prazos para recolher impostos

GLEISE DE CASTRO

Várias propostas de retomada do crescimento econômico circulam no meio empresarial, e todas têm como ponto comum a necessidade de um ajuste fiscal. Mas enquanto esse ajuste não sai, alguns empresários consideram possível a adoção de alternativas de curto prazo, como um estímulo à construção de imóveis para locação, e a redução dos juros e o alongamento dos prazos para recolhimento de impostos das indústrias, para que essas possam ampliar a produção, via redução da capacidade ociosa, hoje em torno de 40%.

Para Sérgio Mauad, presidente do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi), a economia reagiria se houvesse estímulo aos investidores de imóveis para aluguel. "Como a indústria imobiliária movimentava diferentes setores, que vão de vidros e tintas a móveis e eletrodomésticos, o efeito seria imediato", diz Mauad. Ele sugere a suspensão da incidência, por dois anos, do Imposto de Renda tanto sobre os aluguéis recebidos como sobre o lucro imobiliário, se este se destinar à compra de outro imóvel para locação residencial. "A receita do IR que o governo deixasse de receber seria compensada pelo aumento da arrecadação em outros setores".

Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci), embora reconheça o efeito multiplicador do setor de habitação sobre a economia, não acredita, contudo, em soluções de curto prazo. "Não vejo como conseguir um retorno antes de quatro a cinco anos". Ele propõe, entre outras medidas, a busca de fontes de financiamento fora do sistema financeiro, como a reativação da poupança vinculada, a volta dos loteamentos populares e uma política de locação social.

Juros menores — Roberto Nicolau Jeha, 2º secretário da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), diz que a economia pode apresentar reativação imediata se o governo baixar a taxa real de juros para 1% a 1,5% ao mês, aumentar o prazo de pagamento de impostos e parcelar dívidas tributárias. "Com isso, as indústrias poderiam reduzir a ociosidade, hoje de 40%... voltando a contratar milhares de desempregados, sem precisar de investimentos adicionais".

Ao mesmo tempo, para evitar que a inflação fuja do controle, Jeha propõe que empresários e trabalhadores negociem uma política de preços e salários nas câmaras setoriais. "Depois, as empresas voltarão a investir, desde que adotado um ajuste fiscal que equilibre as contas públicas".

Armadilha — Sideval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, adverte para o que considera "armadilha" da política de juros altos e enfraquecimento fiscal do Estado: se reduzir as taxas de juros, o governo terá dificuldade de financiar o déficit público e, se alongar os prazos de recolhimento de impostos, sofrerá o impacto da queda de arrecadação. O resultado será uma crise fiscal. "Sem uma reforma fiscal, que recupere a capacidade financeira do Estado, não há saída possível", diz Aroni.

Para Helio Mattar, coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), a retomada do crescimento depende da recomposição dos salários, redução dos juros e recuperação da confiança dos empresários para investir. "Para isso são necessárias duas soluções estruturais: reforma tributária e fiscal e melhor utilização do programa de privatização, com pagamento de dois a três anos no máximo, em vez de títulos de longo prazo."

■ Mais informações na página 3



Roberto Capuano

Resultado não virá antes de um prazo de 4 ou 5 anos



Roberto N. Jeha

Com menos imposto e mais prazo, empresa investirá